

ATA NÚMERO CATORZE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Reflexão sobre a reunião do CG com a equipa de Inspeção de Avaliação Externa/ Papel do CG na orgânica do Agrupamento;

Ponto 3: Propostas/sugestões para o combate da Indisciplina no contexto escolar;

Ponto quatro: Propostas/sugestões para a melhoria dos resultados escolares.

Em relação ao **Ponto 1** - Período antes da ordem do dia, foi aprovada a ata número treze.

O conselheiro João Duarte como representante da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) agradeceu as palavras proferidas pelos conselheiros na última reunião e informou que sairia da Comissão em maio deste ano. Em relação à publicitação integral das atas do Conselho Geral na plataforma do Agrupamento, o conselheiro Francisco Bernardo concorda com a evolução que houve, passando-se da minuta para o texto integral, no entanto, mencionou que é necessário ter muito cuidado, não divulgando os desempenhos individuais. A este propósito, a Presidente deste órgão afirmou que sempre enviou atempadamente as atas para o docente Fernando Cunha para as colocar na plataforma. As mesmas sempre aí estiveram, contudo estavam escondidas e, por este motivo, pediu-lhe para as disponibilizar a todos os que as queiram consultar. De seguida, o conselheiro Francisco Bernardo afirmou que os dados dos inquéritos foram devolvidos à escola, antes da Equipa de Avaliação Externa vir ao Agrupamento, e que seria conveniente que a Senhora Diretora os divulgasse à comunidade escolar. De acordo com este conselheiro, a Direção já os deveria ter divulgado. Ao que a Presidente respondeu que a Diretora já lhe tinha dado os resultados dos inquéritos, bem como a apresentação do PowerPoint aquando da vinda da Equipa de Avaliação Externa e que iria enviar estes documentos aos conselheiros. O conselheiro Francisco Bernardo questionou a justificação da falta da Diretora à reunião e a mensagem que enviou “*neste contexto agradeço que compreenda a minha ausência:*” Perante tal, a Presidente

informou que a Diretora estava a faltar à reunião porque tinha tido um acidente em Coimbra e pedia desculpa aos membros do Conselho Geral pela sua ausência. A este propósito, o conselheiro Francisco Bernardo compreendeu a justificação da sua falta, apesar de não perceber a expressão “*não parecer ético*”, referida na mensagem da Diretora. A Presidente acrescentou que mesmo que a Diretora tivesse vindo à reunião, só estaria presente depois da discussão do Ponto Dois. De seguida, o conselheiro José Lopes leu o seguinte documento transcrito na íntegra “*Antes de entrarmos propriamente nos pontos que nos foram propostos para justificar esta reunião de hoje do Conselho Geral, gostaria de dizer, que, sem querer pôr em causa a importância dos temas agendados, nomeadamente os pontos 3 e 4 que sugerem a apresentação de propostas deste órgão estratégico sobre a “...Indisciplina no contexto escolar” e sobre “...melhoria dos resultados escolares”, não me parece muito dignificante, que o CG funcione por impulsos reativos na sequência da reunião com a Inspeção. Muito sinceramente, não vejo que razões podem justificar tal ansiedade, para que, de um momento para o outro se encontrem propostas e sugestões para problemas, que já agora, e apesar de em muitos casos serem identificados e caracterizados nos documentos que nos são disponibilizados, nem sempre nos merecem entusiasmo no debate. Por isso, e como ainda não conhecemos no concreto o teor do “relatório” da Inspeção, permitam-me que considere precipitados os objetivos desta ordem de trabalhos, cuja ambição de trabalho a realizar, não pode ser com base na pressão que objetivamente a Inspeção nos colocou, no que toca ao exercício das competências deste órgão de gestão. Faço assim desde já uma proposta, tendo em conta o período de mandato deste órgão se prolongar até 2017, para que o CG, depois da análise à reunião com a equipa de Inspeção de Avaliação Externa, aguarde pelo relatório final da Inspeção, para que, na posse de todos os dados possíveis do trabalho realizado por esta entidade do Ministério da Educação, possa de forma pró-ativa e não reativa, amadurecer e aprofundar eventuais pontos críticos que nos devem merecer atenção, e assim procurar encontrar os adequados mecanismos no seio do AEO que permitam envolver toda a sua comunidade escolar, educativa e local, numa resposta concertada. Tanto mais, quando ainda ontem (baseio-me aqui em notícias do jornal i), fomos confrontados com um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) defendendo que as elevadas taxas de retenção de alunos (chumbos) são “o problema mais grave do sistema educativo”, e por isso quer ver este tema na agenda das políticas públicas. Considera até que este é “o problema mais grave do sistema educativo em Portugal e*

que continua, agora com maior incidência, a ser um entrave a que possamos ter não só mais sucesso, mas também um sistema educativo que seja equitativo e em que o princípio de igualdade de oportunidades se possa concretizar”. Um tema que resulta numa recomendação do CNE ao Governo relativa à retenção no ensino básico e secundário. E em que é afirmado pelo seu presidente prof. David Justino, que, “Uma política sustentada exige alguns meios, nomeadamente meios humanos, e especialmente preparados para recuperar alunos. Vamos precisar de professores que estejam especialmente preparados para trabalhar na recuperação de alunos. Julgo que não vale a pena escamotear isso, vamos precisar de um maior investimento. Agora esse investimento é incomensuravelmente menor em comparação com a despesa que isto representa. Com menos de um terço do valor da despesa associado à Educação conseguir-se-ia baixar essa retenção”, declarou. Ainda nesta recomendação ao Governo o CNE sublinha a necessidade de dar “efetivas condições às escolas” que permitam criar “melhores condições de aprendizagem”, não só por uma melhor afetação de recursos humanos, como também por uma especialização em trabalho de recuperação de alunos e libertar escolas e diretores de “solicitações de cariz burocrático-administrativo”, vistas como um obstáculo a lideranças orientadas para o sucesso educativo. Por fim o CNE recomenda ainda a reorganização dos percursos escolares, “evitando a excessiva segmentação, que favorece a retenção, dando particular atenção ao 1.º e 2.º ciclo”. Estas são algumas das recomendações que não podem ficar indiferentes, tendo naturalmente em conta as competências do Conselho Geral. Como é evidente e sem negarmos os nossos problemas, nos diferentes ciclos do AEO, as nossas preocupações de debate têm de ir mais além, caso contrário pouco se transformará se, nos limitarmos a ser reativos a esta recente presença da Inspeção”.

No **Ponto 2** - Reflexão sobre a reunião do CG com a equipa de Inspeção de Avaliação Externa/ Papel do CG na orgânica do Agrupamento - o conselheiro José Lopes afirmou que o Conselho Geral não pode reagir por impulsos, depois da reunião que teve com a Equipa de Avaliação Externa. Declarou que os pontos agendados são precipitados e leu o documento que se transcreve “ *A minha primeira apreciação à reunião do Conselho Geral com a equipa de Inspeção de Avaliação Externa é de lamentar que tenha sido exatamente uma entidade do Ministério da Educação a lembrar o CG sobre as suas competências, como órgão de gestão estratégico que lhe estão atribuídas em lei. Nunca imaginei vir a ser sensibilizado por uma equipa de Inspeção para a importância do papel que um CG tem e deve assumir em mãos. Sempre me convenci que o estado de*

fragilidade e sobretudo de subalternidade deste órgão (conclusão da minha já longa experiência, que vem desde que este órgão de gestão foi criado), era a consequência das orientações seguidas e impostas a nível da tutela, que apostou entretanto, a pretexto de lideranças fortes, na figura dos diretores ironicamente desvalorizados e tantas vezes manietados pela tutela, em detrimento do órgão colegial, democrático e representativo como eram os conselhos executivos ou diretivos. Este é o estado a que estamos a chegar e que se reflete também ao nível das comunidades escolares, cada vez mais incapazes de reagirem e contrariarem o rumo dos acontecimentos, que, reconheça-se, são assumidos em documentos e relatórios a que temos acesso ao longo de cada ano letivo, o que nos responsabiliza. Sou assim de opinião que podíamos ter dado uma imagem mais condizente com o verdadeiro papel de um CG, mas reconheço que tal atitude também exige disponibilidade para não abdicarmos das próprias competências deste órgão de gestão estratégica como em vários momentos nos lembraram na reunião com a Inspeção, mesmo reconhecendo que as competências deste órgão de gestão são de certa forma limitadas, por várias condicionantes do próprio funcionamento e composição dos conselhos gerais. Seria certamente bem mais dignificante para este órgão que, a sua intervenção refletisse uma postura pró-ativa, desde logo, perante a tutela, que em grande parte da vida das comunidades escolares também é responsável por muitas das dificuldades com que nos debatemos no dia-a-dia, e que acabam por se traduzir negativamente, tanto nos fatores de indisciplina, como do aproveitamento escolar. Isto porque, pese embora todos os esforços, nomeadamente da Direção ou do Conselho Pedagógico, uma vez que o CG não o tem feito como reconheceu, para se delinear eventuais estratégias que possam tentar contrariar algumas das dificuldades identificadas e que resultam em números e percentagens inquietantes. Não se podem fazer omeletes sem ovos. Tanto mais, com uma autonomia que não existe, e com uma tutela que se quer desresponsabilizar, empurrando o ensino para a municipalização. E depois as autarquias sem meios, abrem as portas em nome do empreendedorismo a dinâmicas de gestão duvidosas para a preservação e reforço da Escola Pública. Concluo assim que foi lamentável o quadro deprimente que este CG deixou transparecer à Inspeção. É caso para dizer, que se este órgão estratégico já por si, pode ter os dias contados, pelo menos nos moldes atuais, incluindo as competências, caso a polémica municipalização do ensino venha acontecer. Com tais maus exemplos das práticas dos conselhos gerais que possam ser encontradas pela Inspeção noutros agrupamentos no país, o futuro deste órgão, em que

ainda se respira democracia, pode ser inglório, deixando um rasto de impotência e amorfismo, que aos olhos dos legisladores acabará por justificar o seu triste fim. O que não deixará de representar naturalmente um retrocesso na vida da Escola Pública. Assim este panorama fosse uma realidade limitada ao AEO, mas temo que seja bem mais abrangente. Esta temática poderia até, ser ponto de partida para este CG patrocinar e dinamizar uma espécie de encontro com órgãos congéneres, a nível concelhio e até distrital. Seria importante conhecermo-nos e conhecer as diferentes realidades, partilhando práticas e intervenções nas várias comunidades escolares, porque não estamos certamente isolados na procura de caminhos. Nem podemos estar! Faço pois deste último parágrafo, uma proposta concreta para colocar à consideração do Conselho geral.” Face ao exposto, a Presidente considerou que devemos reagir de uma forma positiva sendo sempre oportuno discutir qualquer assunto em qualquer ocasião e que apesar de não termos os resultados da Equipa de Avaliação Externa, nada invalida que se possa refletir sobre os assuntos agendados. Referiu ainda que há pouca participação no Conselho Geral e que todos devem dizer o que pensam. Perante esta afirmação, a conselheira Manuela Bornes aproveitou o momento para mencionar que se sentiu envergonhada quando saiu da reunião com os membros da Equipa de Avaliação Externa, por considerar que esta é a sua escola e a sua profissão. Acrescentou ainda que, neste conselho, os professores conselheiros se deveriam preocupar com o funcionamento da escola para fazer as melhores escolhas em vez de servir estratégias que servem outros interesses. A título de exemplo referiu que, na reunião do CG em que se elegeram os órgãos sociais a convidar para fazer parte deste conselho, todos os conselheiros eleitos por uma das listas nomearam as mesmas instituições e pela mesma ordem o que, para além de lhe parecer estranho, lhe pareceu um processo muito discutível. Disse ainda que esta observação tem a ver com o processo de eleição e não com qualquer um dos órgãos que fazem parte deste Conselho aos quais só pode agradecer a contribuição que têm dado. Referiu ainda que, aquando da eleição do Presidente do Conselho Geral antecipou os resultados da eleição em voz alta e que não falhou nem um voto. Concluiu que algo vai mal quando, em qualquer órgão, se conseguem antecipar o resultado de um ato eleitoral. Disse que parece que há conselheiros que obedecem a uma disciplina de voto. Referiu ainda que apresentou uma proposta que foi aceite por unanimidade pelos conselheiros e que ainda não foi cumprida Acrescentou que o seu cumprimento poderia ter contribuído para a melhoria do Projeto Educativo, pois, teria envolvido a participação da comunidade educativa. O

conselheiro Manuel Silva concorda que deveria haver auditorias todos os anos e que as escolas se deveriam abrir ao exterior, inclusivamente com Universidades. Na sua opinião, o Projeto Educativo deve ser feito de acordo com o que se pode medir. A Presidente respondeu que já tinha falado com a Diretora sobre a proposta da conselheira Manuela Bornes e considerou que a reunião com a Equipa da Inspeção foi muito importante, pedindo aos conselheiros para serem mais interventivos e dinâmicos nas reuniões do Conselho Geral. O conselheiro João Duarte interveio, dizendo que a CPCJ é uma entidade concelhia munida de informações que lhe permite verificar o sucesso/insucesso escolar. Chamou a atenção para os documentos que estão para sair, nomeadamente, o da Carta Educativa, o do Relatório da Inspeção e o do Abandono Escolar. Referiu que, participa em vários conselhos gerais e que estes órgãos trabalham de formas diferentes. O conselheiro Francisco Andrade afirmou que votava de acordo com a sua consciência e intenção e que não obedecia a uma disciplina de voto. Referiu que, como representante da comunidade, não pode dizer como é que um professor deve agir e qual o Plano de Atividades do Agrupamento. Realçou que todas as propostas foram aprovadas por maioria e que a maior parte dos documentos foram elaborados e aprovados em Conselho Pedagógico. De novo, a conselheira Manuela Bornes mencionou que apesar de haver necessidade de se aprovar o Projeto Educativo, isto não invalidaria a sua apresentação/discussão junto da comunidade educativa com vista ao seu melhoramento. A este propósito, a conselheira Teresa Cruz referiu a ata onde esta proposta foi aceite, reconhecendo que não contribuiu para que a mesma fosse posta em prática. No seguimento desta reflexão, o conselheiro Francisco Bernardo mencionou que nestas reuniões, teve sempre uma postura construtiva em relação à participação e pensa, reflete antes de se pronunciar. Acrescentou que, nas duas últimas reuniões do Conselho Geral, não foi muito participativo, contudo participar muito e da discussão nada sair, não há interesse. Afirmou que na reunião com a Equipa da Inspeção, em termos de conteúdo não aprendeu muito, mas teve oportunidade de ver o excelente desempenho por parte dos inspetores. Pelas questões colocadas pelos mesmos e pelas respostas dadas, este conselheiro concluiu que, a Inspeção constatou que o Conselho Geral deste Agrupamento não é um órgão estratégico e isto na sua opinião revela que o Agrupamento não pode funcionar bem. Afirmou que não participou na reunião com a equipa de Inspeção para proteger o Agrupamento e na sua opinião se a classificação atribuída for baixa, não se sentirá envergonhado. Em relação ao Projeto Educativo, refere que o Conselho Geral não cumpriu a sua função, na medida em que não teve em

conta uma reflexão que fez, anteriormente, e que esta deveria ter sido tomada em consideração. Segundo este conselheiro, o Projeto Educativo deveria ter sido discutido e elaborado por um grupo de pessoas. Frisou que o mesmo é um decalque quase total do Programa de Intervenção da Senhora Diretora. Declarou que sabia que as Metas foram redigidas pela Senhora Diretora e apesar de terem descido aos respetivos Departamentos, não foram alteradas. Acrescentou que, neste conselho há liberdade para se dizer o que se pensa. De acordo com a Presidente, a Direção é que devia ter dado andamento à proposta do Projeto Educativo, mas reconhece que este órgão não traçou as suas linhas orientadoras. Na sua opinião, este órgão deve funcionar de acordo com as suas competências para ajudar o Agrupamento a desenvolver-se.

No que concerne ao **Ponto 3** - Propostas/sugestões para o combate da Indisciplina no contexto escolar, a conselheira Teresa Andrade referiu que gostaria de contribuir com ações para ajudar a combater a indisciplina e o insucesso escolar no Agrupamento. Na opinião do conselheiro Francisco Andrade, o Conselho Geral deverá definir e propor palestras ou ações de formação com várias entidades para se debaterem estes assuntos. Neste sentido, o conselheiro José Lopes sugeriu ainda que estes temas fossem debatidos com outros conselhos gerais. Esta proposta teve a concordância de alguns conselheiros, apesar da dificuldade da sua operacionalização, tendo em conta o número de elementos dos mesmos. O conselheiro João Godinho referiu que o Conselho Geral é bastante heterógeno e pensa que a partilha de ideias entre os vários conselhos gerais é positiva, mas não sabe se dessa reunião, surgirão medidas concretas para a melhoria do ensino no nosso Agrupamento. Em relação à Carta Educativa, o conselheiro Francisco Bernardo declarou que os conselhos gerais não foram consultados, apesar de estarem representados no Conselho Geral membros do poder autárquico. A este propósito, o conselheiro Guilherme Enguião referiu que as Associações de Pais tomaram conhecimento do mesmo. De acordo com o conselheiro Francisco Bernardo, o Conselho Geral tem o direito de exigir um Plano de Melhoria e frisou que em reuniões anteriores questionou esta problemática, pois este modelo de avaliação é de 2011. Para este conselheiro é necessário traçar as linhas orientadoras deste Plano e as ações deverão: identificar os pontos problemáticos do Agrupamento, sendo necessário, olhar para os resultados da avaliação interna; analisar os dados da avaliação externa e saber quais os recursos e a responsabilidade de cada um. Na opinião do conselheiro Manuel Silva, a indisciplina começa em casa, por isso, é necessário convidar os pais a virem à escola, proporcionando momentos para o debate destes assuntos. Acrescentou que, as escolas

devem ter regras para combater a indisciplina. Para este conselheiro, são os professores que mandam nas escolas e devem ter autonomia. Em relação à problemática da indisciplina, o conselheiro Francisco Andrade mencionou que o Conselho Geral deverá refletir para chegar a conclusões, ações e propostas válidas. O conselheiro José Lopes referiu que o Conselho Geral aprova documentos sem haver grande debate e que isto foi claro nas intervenções da Inspeção. Face ao exposto, a Presidente afirmou que se não houve debate, a culpa foi dos conselheiros e reafirmou o seu pedido para estes serem mais participativos. Declarou ainda que, se a avaliação de 2008 apresentava o Insucesso e a Indisciplina como pontos a melhorar no Agrupamento, há que debater estas questões e encontrar estratégias e não ficar à esperar do Relatório da Inspeção. Para o conselheiro João Duarte quando estivermos na posse dos documentos estruturantes atrás mencionados, haverá necessidade de um debate produtivo. Para este conselheiro, o problema da indisciplina não se resolve, apenas, na escola, mas resulta da maneira como a escola aborda este assunto. Informou que os professores têm ferramentas na Lei para combater a violência, apesar de não fazerem uso delas. Acrescentou que os crimes contra os professores em exercício público são prioritários em relação a outros crimes. Propôs que a Direção da escola tivesse um grupo de consultores de alunos, pois na sua opinião, a indisciplina não se resolve sem se ouvir os alunos. Para o conselheiro Francisco Bernardo muitos professores são a única autoridade e não a exercem, na medida, em que não tomam decisões perante casos de indisciplina. Afirmou que, em reuniões anteriores, já tinha dito que, nos documentos os comportamentos deveriam estar tipificados (toleráveis e reprimíveis) e as medidas a aplicar. Segundo este conselheiro, isto facilitaria o trabalho para quem está a instruir um processo disciplinar. Acrescentou que, como membro deste órgão, tem responsabilidade na orientação de determinados documentos, a saber: que orientações devem ser dadas; quem o deve fazer e como deve ser participado. Por fim, a Presidente sugeriu que se fizessem grupos de trabalho para abordar os temas: indisciplina e insucesso e que iria agendar uma reunião com a Comissão Permanente, elencando as várias propostas que saíssem desta reunião. O conselheiro João Duarte informou que há três ex- alunos deste Agrupamento que têm um blogue muito interessante onde abordam o tema da violência. Seria importante, na sua opinião, convidar alguém para vir ao Conselho Geral, debater com os conselheiros estes temas, sugerindo, uma professora da Universidade de Aveiro, Rosa Madeira. Finalizando a reunião, a conselheira Manuela Bornes informou que a Coordenadora do 1.º Ciclo, professora Isabel Vasconcelos, cessou as suas funções e pediu que se lhe

fizesse um voto de louvor pela excelência do trabalho que tem desenvolvido, pela competência profissional, dedicação e qualidades humanas. A conselheira Teresa Dias frisou também o seu profissionalismo, a amizade e a atenção que dava a todos os colegas e alunos. Todos os conselheiros concordaram com esta proposta e acrescentaram que tal louvor deveria ser redigido em suporte de papel que deveria ser, devidamente, encaixilhado e entregue à professora Isabel Vasconcelos.

Não estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros: António Costa, António Gonçalves, Cláudia Torres, Ana Cunha, Rui Polónia, Filipe Faria, Bruno Oliveira e Cecília Oliveira. O conselheiro António Gonçalves não esteve presente na reunião por se encontrar em reunião de Conselho de Turma - Avaliação Intercalar anteriormente agendada, tendo previamente informado a Sra. Presidente da reunião.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Teresa Andrade/ Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira
